

INTERVENÇÃO URBANA EM ÁREA HISTÓRICA: O CASO DA RUA JUSTINO CÂMARA EM MONTES CLAROS/MG

Micaela Cardoso Barbosa¹
Régis Eduardo Martins²

RESUMO

A cidade traça percursos históricos para formação do seu núcleo, e, nesse sentido, por meio dos bens patrimoniais se perpetua a herança sociocultural. Montes Claros tem sua origem ligada ao movimento tropeiro na região do Norte de Minas, servia como local de repouso para as tropas e, a partir da construção da capela Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, o núcleo da cidade foi sendo constituído no entorno de sua praça. Algumas ruas foram construídas e dentre elas, a Rua Direita, atual Rua Justino Câmara. Montes Claros passou por transformações econômicas, políticas e socioculturais, que tiveram interferência significativa em seu espaço urbano, boa parte dos edifícios históricos se encontra em situação de abandono, muitos foram destruídos e o local que ocupavam foi destinado a estacionamentos. Frente a isso, objetivando a revitalização da área onde estão situadas as edificações históricas no município de Montes Claros, o presente estudo propôs uma intervenção arquitetônica e urbanística, respeitando-se o processo histórico identificado nessa localidade, em consonância com uma proposta inovadora a ser usufruída pela comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico. Produção do espaço urbano. Paisagem urbana.

URBAN INTERVENTION IN HISTORICAL AREA: THE JUSTINO CÂMARA STREET CASE

¹Mestre PPGeo-UNIMONTES. Docente UniFIPMoc-Afya ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-7166-1485> E-mail: micaelacbarbosa@gmail.com

²Doutorado NPGAU -UFMG. Docente IFMG - Campus Ouro Preto. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-1699-0160> E-mail: martins.regise@gmail.com

ABSTRACT

The city traces historical paths for the formation of its nucleus, and, in this sense, through the patrimonial goods, the socio-cultural heritage is perpetuated. Montes Claros has its origin linked to the tropeiro movement in the region of Norte de Minas, it served as a resting place for the troops and, from the construction of the chapel of Nossa Senhora da Conceição and São José, the nucleus of the city was being constituted in the around your square. Some streets were built and among them, Rua Direita, currently Rua Justino Câmara. Montes Claros underwent economic, political and socio-cultural transformations, which had significant interference in its urban space, most of the historic buildings are in a situation of neglect, many were destroyed and the place they occupied was destined for parking lots. In view of this, aiming to revitalize the area where the historic buildings are located in the municipality of Montes Claros, the present study proposed an architectural and urbanistic intervention, respecting the historical process identified in that location, in line with an innovative proposal to be enjoyed by the community.

Keywords: Historic Patrimony. Urban space production. Urban landscape.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta como tema, a Intervenção Urbana na Rua Justino Câmara, cuja área conta com um número expressivo de edifícios históricos, e tem como principal objetivo desenvolver projetos arquitetônicos para ocupar vazios urbanos identificados na rua em comento.

O crescimento da cidade de Montes Claros, a criação de novos zoneamentos, e outros pontos centrais, teve como desdobramento o deslocamento das elites e a popularização de demais pontos centrais, processos concomitantes à degradação do quadro construído e à perda da identidade afetiva, da memória vinculada à Rua Justino Câmara. Nessa perspectiva, a desqualificação do espaço público e a deterioração dos imóveis históricos presentes nesta área reforçaram a existência de espaços subutilizados e edifícios que antes compunham o patrimônio imóvel do município, foram demolidos e deram espaço a estacionamentos, atividade comercial crescente no centro de Montes Claros. O resgate desta área de estudo como espaço de lazer, entretenimento e turismo também se enquadra na proposta deste trabalho, um local para o desenvolvimento de atividades culturais e que permitam a interação entre a população.

No que tange à cultura, Montes Claros apresenta importantes manifestações culturais, eventos e festividades surgidos há muito tempo e que ainda são

preservados hodiernamente. Entretanto, é perceptível que com o passar dos anos essas tradições estão sendo perdidas gradativamente, e no intuito de evitar que tal problemática persista, é de suma importância a criação de lugares que resguardem as heranças culturais da cidade e conscientizem as novas gerações acerca da importância de tal manutenção para a identidade da população local. No intuito de ocupar os vazios urbanos, a destinação destes espaços à realização de projetos que fomentem a cultura em Montes Claros é uma proposta que deve ser considerada. Como exemplos podem ser mencionados a construção de um centro de memória, uma galeria de arte, um espaço destinado às festividades que acontecem atualmente na Praça da Matriz ou um jardim com função de área verde e de descanso para a comunidade.

A degradação das edificações do Centro Histórico do Município, a marginalização, a pouca valorização da cultura e do conjunto arquitetônico por parte da população, são fatores que depreciam o patrimônio histórico e cultural da cidade. Diante deste contexto, foi idealizado um estudo de intervenção no local histórico, com revisão do Plano diretor, no intuito de obter amparo de leis municipais proteção desta área; outra proposta consiste em averiguar o estado de conservação dos edifícios históricos e indicar técnicas adequadas para a restauração desses. As sugestões elencadas têm a finalidade de revitalizar todo o complexo da Rua Justino Câmara com o propósito de contribuir com a redução dos vazios urbanos no centro da cidade. Tais ações interligadas, aumentaria o potencial bem como promover requalificação arquitetônica dos prédios em estado de degradação o localizados na rua em estudo.

Para atingir os objetivos deste trabalho, foram estipuladas etapas, seguindo uma metodologia delimitada. Num primeiro momento, o método a ser utilizado no estudo consiste numa pesquisa bibliográfica com referenciais teóricos. O embasamento científico do trabalho foi obtido a partir da análise de livros, e artigos acadêmicos, cuja base conceitual visava buscar subsídios científicos para dar consistência ao estudo.

Nesta pesquisa foi realizado um estudo de campo para a análise do local de intervenção, com levantamento das características dessa área, como: averiguação

urbanística do entorno; características topográficas, climáticas e ambientais da região, análise do mapa viário e da demanda de tráfego no entorno da rua em foco.

A elaboração do projeto ocorreu em duas etapas, a primeira por desenho em duas dimensões com utilização do software AutoCAD 2010, seguida pela criação de modelos 3D no computador, com aplicação do software SketchUp 2010.

O CENTRO HISTÓRICO E A PRESERVAÇÃO DE SUA PAISAGEM

A cidade traça percursos históricos para formação do seu núcleo habitacional, carregados por gerações formando a identidade de um povo, inscrita no espaço urbano e compreendidas pela paisagem. Diante desse contexto, a partir dos bens patrimoniais é possível apreender a herança de luta e conquistas da população inseridas na paisagem, e, o desmerecimento de todo esse valor patrimonial que um grupo social possui, impossibilita que as novas gerações revigorem sua identidade.

A paisagem corresponde, pois, à essência de uma sociedade, reunindo todas as esferas de tempo remete ao sentimento de pertença a um lugar, faz alusão a experiências individuais e coletivas. Para Santos (1997) o lugar é o meio onde se dá as experiências e vivências cotidianas, uma dimensão das relações entre sociedade e natureza, ou seja, uma dimensão da reprodução, numa narrativa constante.

A memória instaurada na paisagem é de crucial importância na construção identitária da sociedade, como destaca Alves e Deus (2020), pois o homem necessita dos elementos simbólicos, como os patrimoniais arquitetônicos, para compreensão do papel conferido a cada membro da sociedade na formação das futuras gerações.

Ao longo do tempo, a cidade vai se modificando e novas formas surgem no espaço urbano como resultado da própria história da sociedade. Entender a cidade, dentro de suas mudanças temporais é entender sua gente, suas edificações, suas ações e reflexões; entender as manifestações de seus habitantes é entender a cidade como um organismo vivo, que não consiste somente de objetos físicos

inerte, um conjunto social, biológico e físico cujas formas urbanísticas, se encontram em total sujeição à rentabilidade do solo e à especulação fundiária (CANAN, 2014).

O intuito da preservação consiste em resguardar a memória coletiva de um povo, identificada em elementos da paisagem. A materialização no espaço dos sentimentos de uma sociedade é identificada na dimensão do visível, o que é concreto e que reforça a relação do indivíduo com o meio, com sentimentos de “topofilia, para que não se criem, com intensidade, relações topofóbicas e de topocídio” (ALVES E DEUS, 2020, p.103). Deve-se ressaltar que topofilia é um conceito que inclui todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (TUAN, 1980).

De acordo com Mumford (1987, p. 81), “se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura” e nessa perspectiva, a área onde está inserida a Rua Justino Câmara, integrante do centro- histórico de Montes Claros, abriga edificações e elementos que muito dizem sobre a história do município, que podem auxiliar no entendimento acerca do processo de formação da cidade.

A arquitetura tem um papel ético e importante na construção da sociedade, elencando os elementos característicos que a compõe, é a representação dos ideais e a colocação de cada indivíduo como pertencente ao lugar e ao grupo, assim como Alves e Deus (2020), ressaltam, a arquitetura, como patrimônio, firma-se no espaço como um elemento crucial do lugar, dificilmente depararíamos com um patrimônio cultural, arquitetônico, sem a essência do vivido, pois a ausência da memória, pela paisagem, dificultaria a identificação do homem e o registro das etapas da vida.

O acelerado processo de modernização que culminou na transformação da paisagem urbana das cidades brasileiras, ocasionando contínuas descaracterizações e destruição de bens do patrimônio histórico e cultural, ocorreu em Montes Claros a partir da década de 1970. Canan (2014) destaca que principalmente na década de 1990, a cidade de Montes Claros, sofreu intervenções relacionadas à especulação imobiliária, intensificando demolições de edificações de

interesse patrimonial, incitadas com alterações pontuais na Legislação Municipal, como a lei de uso e ocupação do solo e readequações em sua malha urbana na busca de soluções para problemas ligados principalmente ao trânsito.

Contextualização histórico-cultural da Rua Justino Câmara

A cidade de Montes Claros está localizada no norte de Minas Gerais, no coração do sertão norte mineiro. Conforme Reis (2011), é um lugar de memória, que pela definição é muito mais que o espaço geográfico, está além do território definido com fronteiras delimitadas e claras, é um espaço que transmite às pessoas sentimento/s, ou que as leva a se identificar com ele, torna-se referência de vivências.

Montes Claros de acordo com Viana (1916), quando teve suas primeiras construções era apenas uma fazenda de criação de gado, do senhor Antônio Gonçalves Figueira que obteve uma sesmaria as margens do Rio vieira, na bacia do rio verde em 12 de abril de 1707, terras que foram chamadas de Fazenda Montes Claros. A partir de interesses comerciais deu-se a abertura de estradas para expandir os negócios de gado, que deram origem a um arraial que foi crescendo e prosperando na região (BRITO,2006; CANAN,2014)

O núcleo habitacional de Montes Claros, teve seu princípio quando o Alferes José Lopes de Carvalho que comprou a Fazenda Montes Claros, às margens do Largo da Matriz, por meio de um pedido para erigir uma capela, a Matriz de N^a Sra. da Conceição e São José, foi possível a institucionalização do povoado, que passou a compor o Largo da Matriz, ao qual se liga a Rua Justino Câmara, antigamente chamada de Rua Direita que, devido ao intenso comércio e às duas intendências ali localizadas, passou a se chamar Rua do Comércio e posteriormente assumiu o seu nome atual (LESSA E SILVEIRA, 2012, COTRIM, 2015; IPAC, 2008).

Pode-se assumir que as cidades antigas têm essa Rua Direita-herança portuguesa de ocupação territorial, que segundo Cotrim (2015), no caso local, se tratava de uma continuação dos caminhos do gado. As primeiras casas de Montes Claros eram simples construções feitas em taipa de pilão, barro socado em fôrmas

de madeira misturado com o capim, como também utilizavam o pau– a–pique, grades de varas as ripas naturais preenchidas com barro (COTRIM, 2015).

A Rua Justino Câmara compõe um dos lados da Praça Dr. Chaves, popularmente chamada de Praça da Matriz, anterior ao Largo da Matriz. Essa área é caracterizada por um traçado irregular, e atualmente concentra o maior número de edificações que compõem o acervo arquitetônico de Montes Claros, datadas do século XIX e que ainda resistem na paisagem urbana.

Segundo Reis (2003), tal permanência se relaciona ao fato de a especulação urbana não ter agido ali por ser uma área adensada, com poucos lotes vagos derivados de demolições indevidas. Três edificações foram tombadas pelo município, sobrados em estilo colonial, algumas foram inventariadas, conforme o IPAC (2008) que caracteriza a área com casas térreas remanescentes do século XIX que guardam a ambiência do núcleo original. Grande número de edificações foram demolidas, apesar de estarem sob o inventário de 1985, e outros edifícios, “devido à ausência de informações, manutenção e preocupação efetiva em conservação original, encontram-se descaracterizados”, como enfatiza Lessa e Silveira (2012, p.15).

A Rua Justino Câmara, está situada no Centro de Montes Claros apresenta uma localização privilegiada, acomoda diversos tipos de serviços e algumas residências. Está próxima aos bairros Todos os Santos, Vila Brasília, Vila João Gordo, e seu espaço viário (rua e calçada) contém aproximadamente 16.564 m².

Hoje, as casas e as ruas mais antigas de Montes Claros são importantes elementos da história da cidade, remetem às tradições e aos costumes da população no passado. São essas casas que protagonizam a história do povo montesclareense. São essas ruas que permitem recordar a antiga Vila de Montes Claros de Formigas “Os traços históricos da cidade de Montes Claros, estão impregnadas nas casas antigas, a arquitetura que traduz os hábitos dos antecedentes desta cidade, que vai sendo levada a futuras gerações como memória concreta” (COTRIM, 2015, p.33).

Figura 1: Rua Justino Câmara, em 1957.



Fonte: Acervo Próprio, 2020

Preservação do Patrimônio Histórico Urbano

A cidade é um acúmulo de vivências que vão sendo inscritas na paisagem, que perpassam pelo tempo e como Bonduki (2010) descreve, se sobrepõem em camadas arqueológicas. O caráter histórico advém desse acúmulo que não cessa em relação ao tempo, mas que pode sofrer rupturas quando se destrói o que está fixado no espaço, como a demolição de construções que carregam a memória histórica de uma comunidade. As futuras gerações estarão desprovidas dessa memória e de identidade, e dessa forma, faz-se prudente resguardar o que resta das raízes plurais intrínsecas de um povo assim como suas tradições culturais que expressam as origens étnicas, daí a importância da proteção ao patrimônio local (REIS,2011).

As políticas modernas de conservação urbana expressa nas recomendações e cartas internacionais, criaram condições para a preservação das áreas urbanas, o patrimônio cultural, é uma organização que surge de um processo de seleção de bens que contemplam a formação das cidades, de elementos necessários para a constituição da cultura de um povo, da memória, identidade no mundo, que são indispensáveis à percepção de cada um, parte desse núcleo social, enquanto construtores da história, à valorização dessa cultura e à sua preservação (PELEGRINI,2006).

Diante das perspectivas de transformações urbanas advindas da revolução industrial, ao final do século XIX, as cidades se desenvolvem como centros econômicos em primazia, levando a sociedade a novas reflexões em relação a

preservação de bens considerados de valor histórico e cultural, modificando a noção de patrimônio urbano no contexto das manifestações de desejo de preservação do patrimônio das cidades (MOSQUEIRA, 2007).

Destacando as cidades europeias, como norteadoras nos processos de planejamento urbano, processo de ocupação e desenvolvimento - desde a cidade medieval e as posteriores transformações com influência renascentista e barroca - reintroduziram o traçado retilíneo e a monumentalidade de inspiração greco-romana em nova concepção embasada na revolução industrial, substituindo o que era lugar de ruas estreitas e tortuosas, de forma orgânica. As transformações urbanas nesse novo contexto capitalista ocasionaram a perda de muitos exemplares históricos, pois fomentam novas ideias (FERNANDES, 2013, p.35).

No contexto mundial, no cenário de operações urbanas no século XIX, modelos foram sendo replicados baseados num ideal de “higienização”, como aconteceu em Paris (França), com o Plano Haussmann, que sucedeu em intensa demolição de estruturas que impediam a prevista organização espacial idealizada. Assim como aconteceu no Rio de Janeiro realizada pelo prefeito Pereira Passos nos anos de 1903 a 1906, reforma que seguiu os mesmos critérios de higienização, para a cidade assumir então como capital do país (SILVA,2008).

Para Andrade (2010) essas transformações foram vistas como verdadeiras alavancas para o desenvolvimento e modernização das cidades, modificando a estrutura e adequando às novas necessidades que surgem com o advento de um novo modo de produção. Assim como Santos (1997) nas quais principalmente onde se instaura o patrimônio histórico, que o autor considera lugar de memória, e todo seu enredo histórico, é o espaço produzido pela vivência do homem, diante dos processos sociais influenciados pela relação imprescindível do capital e dos agentes.

Experiências de intervenção urbanas, são medidas de cunho operacional, chamadas intervenções urbanas nas quais destaca a reabilitação, requalificação e a renovação urbana. do século XX viabilizaram novos rumos para o planejamento estratégico, revertendo o processo de deterioração principalmente dos núcleos históricos, em sua maioria estabelecidos nas áreas centrais das cidades.

A renovação é uma intervenção que promove o novo, desqualificando o velho, com ideia de demolição, onde ocorre mudança na paisagem, na dimensão funcional, sob as bases econômicas e, na dimensão social. Na requalificação urbana, há caráter mobilizador, ligado ao estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, por meio de construções e recuperação de espaço, equipamentos e infraestrutura, com medidas que valorizem o espaço, na dimensão econômica, cultural, paisagística e social. O conceito também está ligado ao termo reabilitação, cuja intervenção visa preservar o ambiente construído existente, bem como os usos e a comunidade, com readaptação das funções urbanas, readequando o tecido urbano deteriorado, podendo implicar na demolição de alguns edifícios, o restauro e/ou construção de novos, promovendo melhorias no espaço público, interferindo na paisagem urbana (MARICATO, 2013).

Para Bonduki (2010), as intervenções urbanas exercem uma função estratégica para a valorização dos núcleos históricos, como a de propiciar uma melhoria na qualidade de vida da comunidade e dos usuários, gerando novas condições econômicas capazes de ocasionar um desenvolvimento local.

Para intervir na cidade é importante entendermos como o espaço é produzido, bem como o papel do Estado como articulador especial dos agentes que produzem a cidade. A ação do Estado pode ser sintetizada através da obtenção de recursos, formulação de normas, leis e planos para investi-los (SOMEKH, 2008, p.01).

A legislação municipal, iniciou ações para a proteção dos bens arquitetônicos em 22 de abril de 1985, com a Lei nº1529 que estabelecia a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural de Montes Claros e sugeria a realização do primeiro Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Montes Claros em 1985, como aponta Lessa e Silveira (2012), mas não foi eficiente. Desses, grande parte foi demolida, e os poucos que permaneceram se encontram em boas condições construtivas. Só no ano de 1999 foi decretada a lei de Tombamento de bens nº 2705 integrando-se à política cultural do município de Montes Claros, a partir da qual quinze propriedades foram tombadas, e desde então, não ocorreu mais.

O maior ganho com relação a medidas protetivas adotadas pelo poder público, veio com a instituição do Plano Diretor, em Montes Claros há devidas

imposições quanto ao uso e ocupação do solo para a proteção e preservação do patrimônio na área compreendida pelo núcleo central da cidade conforme os parâmetros estabelecidos pelas normas da Lei de uso e ocupação do solo do município. A legislação que abrange o zoneamento da área de estudo - Lei nº 4.198, de Uso e Ocupação (LUOS) do ano de 2009, considera essa área central como uma zona comercial (ZC1) caracterizada por modelos de assentamento que, conforme o interesse de uso e ocupação, pode ser destinada a espaços comerciais, residencial, misto ou até sistema de indústria. Numa porção do território de estudo está incluída ainda a Zona denominada Setor Especial, a SE4, destinada à proteção histórica

O patrimônio histórico passa a ter visibilidade diante das medidas instauradas pela legislação, tanto no âmbito municipal, quanto nas esferas estadual e federal, que incentivam a preservação do mesmo, deliberando de acordo Lessa e Silveira (2012) medidas que possibilitem financiamento de obras de recuperação dos edifícios de feições tradicionais, com juros acessíveis a seus proprietários, parcerias público privadas, transferência do direito de construir, dentre outros elementos que viabilizem a utilização do patrimônio histórico por empresas privadas para negócios e oportunidades de geração de emprego e renda, como espaços de consumo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta conceitual arquitetônica deste projeto se baseia em intervenção urbana, reabilitação dos espaços obsoletos, considerados como vazios urbanos da Rua Justino Câmara, valorizando a composição e ambiência existentes, a fim de evidenciar a historicidade presente na área de estudo, de reconhecer esse lugar como um local de memória da cidade de Montes Claros-MG.

A partir de informações sobre a história do município e fotos antigas, foi realizada uma análise das edificações que foram demolidas a fim de respeitar o gabarito a ser projetado, e em sua totalidade acompanhar ao mesmo tempo os edifícios vizinhos ao espaço de estudo.

A forma segue linhas retas, cuja perspectiva linear simboliza, o tempo em seu movimento retilíneo, contínuo, de registros históricos singulares. A sua trajetória é restrita pelo traço que é um marco histórico perpétuo, em uma série evolutiva de fatos históricos. Em consonância a esta forma retificada, o conjunto de obras projetadas em todo complexo da Rua Justino Câmara remonta à linearidade do tempo e de seu percurso histórico ao vazio, este vazio que foi reproduzido nas edificações.

A forma e o conceito, estabeleceram um elo fazendo a ligação entre o aspecto temporal que está privilegiado no Patrimônio Histórico e a paisagem contemplada no horizonte. Quanto aos usos destinados a estes quatro espaços, considerou-se a localidade que é o cerne do núcleo urbano da cidade, que se instaurou como centro histórico, valorizando os aspectos culturais que ela propicia à população, ou as atividades culturais que atraem a comunidade para a área da Pça. Dr. Chaves.

Verificou-se junto à comunidade, que a localização que compreende toda a área da Pça da Matriz e adjacências está vinculada aos costumes e hábitos de seus moradores. Foram analisados os usos conferidos ao centro histórico, a Praça da Matriz foi identificada como espaço de encontro para os moradores, como um local para a contemplação da natureza e da paisagem formada entre o antigo, que é identificado nos casarões, e o novo instaurado nos comércios e no movimento das pessoas. Muitos são atraídos à região devido à presença do Centro Cultural, espaço público pertencente à Prefeitura Municipal e que contempla diversas formas de expressão da arte em seu espaço. O Centro Cultural comporta a Galeria de Artes Godofredo Guedes, o Teatro Municipal Cândido Canela e a Biblioteca Pública Mun. Antônio Teixeira de Carvalho.

Um dos destaques culturais mencionados pelos usuários consiste nas festividades que acontecem na Praça, a Festa do Pequi e as Festas de Agosto, que sofreram mudanças na localidade até serem mantidas. Outro evento apontado pelos usuários e que atrai muitas pessoas à região é a “Feirinha de artesanato” que acontece nas manhãs de domingo, e por fim, não menos importante, o aspecto religioso, que atrai muitas pessoas da cidade à Igreja de N^a Sra. da Conceição e

São José, localizada na Pça Doutor Chaves, popularmente chamada de Pça da Matriz.

Com intuito de promover um ambiente harmônico, que promova um vínculo à paisagem exterior, com todos os edifícios no entorno dos espaços vazios foi utilizado o recurso de organização destas visadas através de uma *skyline* considerando os dois lados da R. Justino Câmara, conforme a Figura 02.

Figura 2: *Skyline* da face da quadra Esquerda da Justino Câmara.



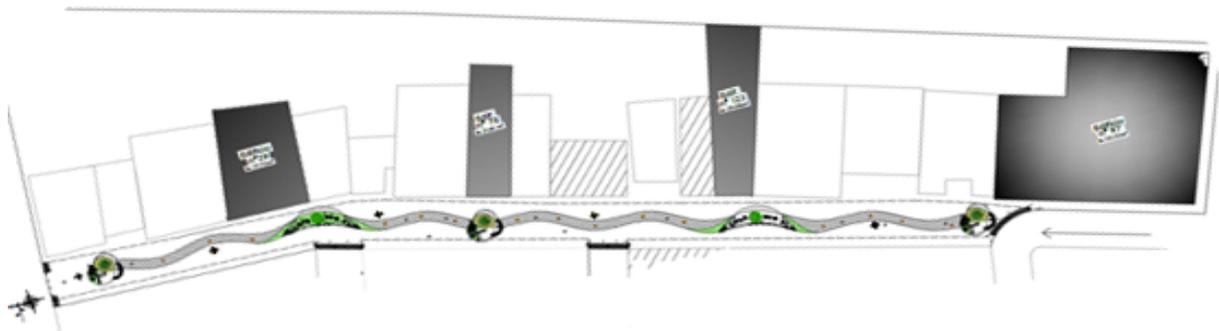
Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Este estudo tem por objetivo realizar uma intervenção urbana na área na R. Justino Câmara com realização de projetos arquitetônicos nos vazios urbanos existentes, sendo quatro da quadra à esquerda da rua. O programa de necessidades buscou as atividades de aspecto cultural realizadas na área, aprimorá-las, podendo-se elencar a feiras, festividades, acervo histórico e por fim, a contemplação do espaço.

Ao analisar as especificidades de cada vazio urbano presente na R. Justino Câmara, para ser configurado e explorado afim de atingir os objetivos desejados de caráter urbano e valorizando o patrimônio arquitetônico ali presente, ao analisar o uso, foram verificadas as vertentes culturais, como as Festas de Agosto, que celebram a religiosidade do congado norte mineiro e o artesanato da feirinha dos domingos. Várias formas de expressão da arte acontecem nesta região concentrados no Centro Cultural. No que tange ao patrimônio histórico, pode ser identificado o prédio que hoje abriga o Museu Histórico Regional do Norte de Minas, antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL) e os casarões antigos.

Os terrenos utilizados compreendem àqueles que anteriormente abrigavam edifícios históricos demolidos irregularmente. Dos quatro terrenos apenas um se apresenta desprovido de uso, os demais foram destinados a serviços de estacionamento rotativo. Como se mostra na Figura 03, da direita para a esquerda, temos a Galeria de Artes, Centro de Memória, Beco Ajardinado e o Espaço de atividades

Figura 3: Intervenção urbana da Rua Justino Câmara -AutoCAD



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Foi projetada uma intervenção em toda a extensão da R. Justino Câmara (Fig.03) que foi fechada para o tráfego de carro, e destinada somente aos transeuntes, no intuito que esses se apropriem mais deste espaço.

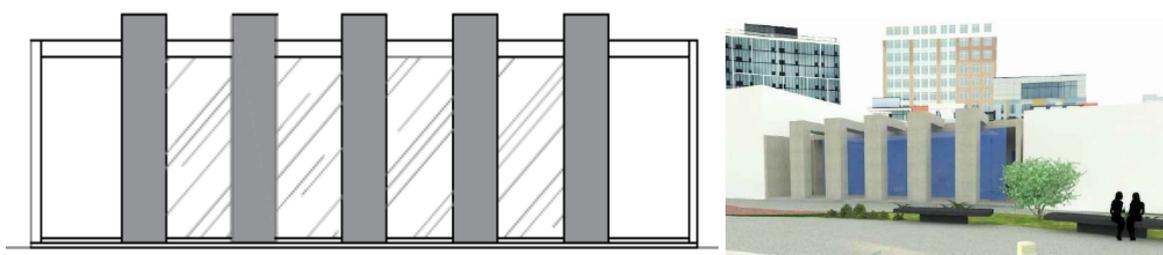
FIGURA 04 e 05: Residência nº 53 na década de 1970 e depois quando foi demolida.



Fonte: IPHAN (1985) e acervo Próprio, respectivamente.

A primeira edificação idealizada, localiza-se no terreno que correspondia a uma residência de nº 53 (Fig. 04 e 05), protegida pelo inventário de 1985 e 2008, demolida sob circunstâncias ilegais, práticas ocasionadas sem fiscalização (fins de semana, feriados e a noite) que têm sido frequentes em Montes Claros.

Figura 06 e 07: Projeto da fachada da Galeria de Artes, com uso do software AutoCAD e SketchUP.



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Para a contemplação do projeto de intervenção na Rua Justino Câmara, neste terreno foi projetado uma Galeria de Artes (Fig.06 e07), situada no extremo esquerdo da Rua Justino Câmara, projetada afim de atender a comunidade artística do município, bem como promover exposições de diversos artistas. Idealizado para ser um espaço arquitetônico, cuja função seja expor e comercializar obras de arte produzidas pela comunidade, contendo salas para eventos, como aulas e práticas com temáticas voltadas para as artes. Os espaços são definidos para proporcionarem segurança e uma correta apreciação dos objetos expostos, considerando o posicionamento, iluminação e circulação do espectador.

Na sequência da R. Justino Câmara da esquerda para a direita, outra edificação foi demolida, a de nº 75 (Fig. 8 e 9), dando lugar a um estacionamento privado que descaracteriza a ambiência da rua em comento. Projetou-se neste terreno um Centro de Memória, cuja função é guardar conteúdos históricos pertinentes à cidade de Montes Claros, e neste promover medidas socioeducativas voltadas ao patrimônio.

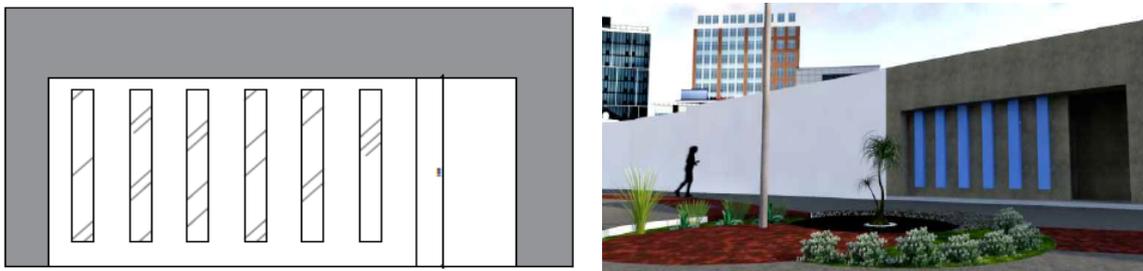
Figura 8 e 9: Residência nº 75, não inventariada que foi demolida em 2017.



Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Projetou-se neste terreno um Centro de Memória (Fig. 10 e 11), cuja função é guardar conteúdos históricos pertinentes à cidade de Montes Claros, e neste promover medidas socioeducativas voltadas ao patrimônio.

Figura 10 e 11: Projeto da fachada do Centro de Memória, com uso do software AutoCAD e SketchUP.



Fonte: elaborado pelos autores (2017).

No lote de nº 123 (Fig. 12 e 13), localizava uma residência térrea remanescente do século XIX, presente no Inventário de 1985, do conjunto urbanístico que compõe a R. Justino Câmara, que apresentava características ligadas ao estilo colonial local, demolida na década de 1990, seu terreno vai até a R. Altino de Freitas.

Figura 12 e 13: Edifício nº123- atualmente funciona como Estacionamento privativo.

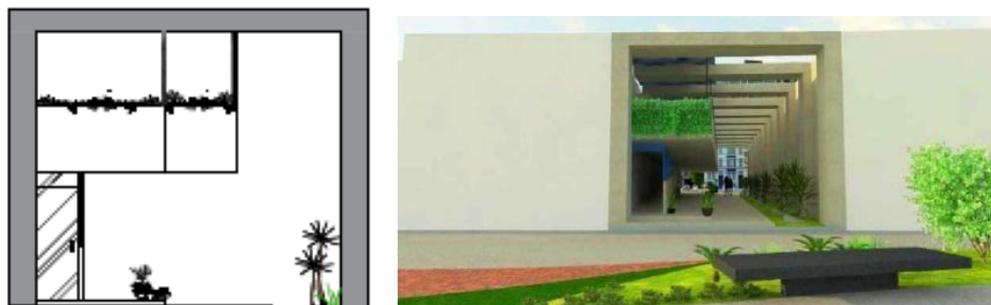


Fonte: acervo próprio e Google Street View, respectivamente

Nela foi projetado o que se denominou um Beco Ajardinado (Fig. 14 e 15), ligando a R. Justino Câmara à R. Altino de Freitas, transmitindo o ar bucólico dos becos de tempos de outrora e buscando transmitir à comunidade as mesmas intenções sensoriais e funcionais da Pça Dr. Chaves, que é o ponto de encontro

desde seus primórdios, como lugar de repouso, contemplação ou mesmo de passagem.

Figura 14 e 15: Projeto da fachada do Beco ajardinado, com uso do software AutoCAD e SketchUP



Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Foi incluída neste espaço uma área para leitura (no 1º pavimento), inspirada nos usuários que se apropriam do da Pça da Matriz para realizar uma leitura, ao mesmo tempo que apreciam a paisagem, foi projetado um espaço que trouxesse à memória afetivas tais usos.

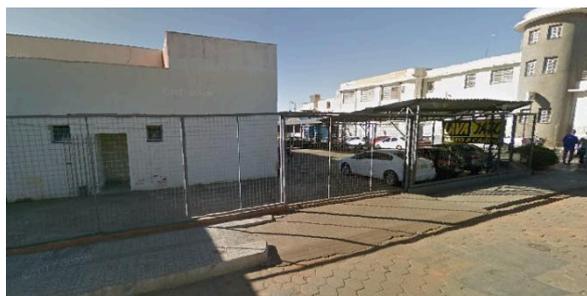
No último projeto, foi idealizado um espaço de festividades, para atender aos eventos festivos que hoje acontecem na Praça Dr. Chaves. Projetado em dois terrenos, (Fig. 17 e 19), ambos estacionamentos privados, o de nº 105 que já fora um sobrado geminado, presente no inventário de 1985, que na década de 1980 foi demolido e o terreno localizado na esquina com o prédio em estilo art-decô dos Correios, que por décadas serviu como posto de gasolina, atualmente está sob o uso de estacionamento privado e antigamente era a residência de nº 127.

Figura 16 e 17: Residência nº 105 da R. Justino Câmara/Pr. Doutor Chaves, atual estacionamento privado.



Fonte: IPHAN (1985) e acervo próprio, respectivamente.

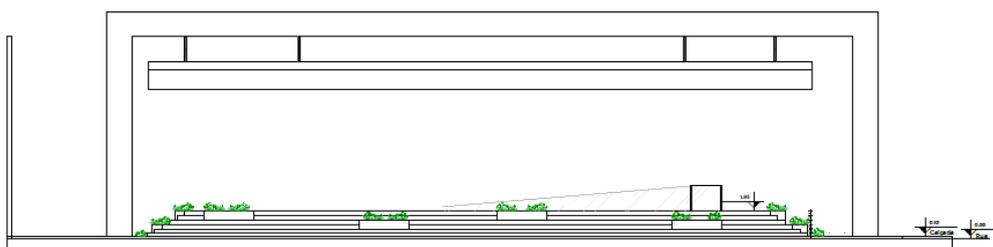
Figura 18 e 19: Da direita para a esquerda – Esquina da Justino Câmara número 127.



Fonte: acervo próprio e Google Street View, respectivamente.

O espaço de Festividades (Fig. 20 e 21), está situação na ponta extrema direita, de frente para a Pça da Matriz, sob a paisagem composta pelo acervo arquitetônico que é um marco na cidade de Montes Claros, destacando o Prédio dos Correios (Fig. 18), cujas formas, gabaritos foram respeitados na composição deste projeto, ao mesmo tempo se diferenciando sob a análise temporal e estilística, como no uso dos materiais. Foi projetado um palco com finalidade de promover shows e apresentações, com um paisagismo singelo com degraus formando bancos similares aos existentes na Pça. Sua estrutura de cobertura destaca o conceito linear do projeto, trazendo monumentalidade e imponência da paisagem que se forma no horizonte da R. Justino Câmara, cujo intuito é destacá-la visualmente para ser apropriada como lugar de representação histórica.

Figura 20 e 21: Projeto da fachada do espaço de Festividades, com uso do software AutoCAD e SketchUP.



Fonte: elaborado pelos autores (2017).

O objetivo é sentir-se na cidade, o vazio destes lotes, o vazio da própria rua deve se integrar ao seu entorno imediato. Para o projeto de intervenção no contexto de edificações históricas, faz-se necessário um programa de necessidades que atenda à comunidade, o espaço público deve ser único, legível, com um espaço com limites, acessos e serviços visíveis.

Figura 22: *Skyline* face da quadra Esquerda da Justino Câmara, com edifícios projetados em AutoCAD.



Fonte: Própria autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de um espaço público a partir de outros espaços que sejam direcionados para o uso aberto sem restrição de público, atingem o objetivo deste trabalho que consiste em tornar a rua num “Lugar” significativa, respondendo à carência de apropriação e habitar urbano característicos desta área, e estes serão aspectos relevantes e de extrema importância para a região, pois podem estimular a reestruturação física dos imóveis e espaços públicos antigos, proporcionando, assim, mais desenvolvimento e dinamismo para o centro histórico da cidade.

A fundamentação teórica e o referencial empírico foram norteadores para o desenvolvimento desta pesquisa e essas etapas aliadas permitiram que esse trabalho atingisse os requisitos necessários para a realização de uma intervenção nos vazios urbanos da Rua Justino Câmara. Através das propostas é que fossem ligadas ao uso atual do entorno, através de um modelo de intervenção que requalifique o espaço, valorizando o processo histórico do ambiente.

A valorização do espaço onde se insere o Patrimônio Histórico é algo que tem um custo, o que leva os proprietários, em sua maioria, a refutarem o bem, mas que sob orientação e conhecimento da comunidade pode ter retorno expressivo, pois

existem leis e programas de incentivo cultural que oferecem a isenção fiscal de IPTU, bem como são oferecidos programas de crédito e financiamento governamental em várias áreas que viabilizam projetos de preservação, tanto para a cidade quanto para as empresas participarem do empreendimento.

Este estudo é de suma importância, pois se trata de um bem de pertencimento social, por meio de projetos de intervenção em áreas históricas, a comunidade se apropria destes espaços promovendo qualidade de vida, valorização cultural e histórica. Entende-se que a cidade traça percursos históricos para formação do seu núcleo habitacional e da própria identidade da população e diante deste contexto, os bens patrimoniais traduzem essa herança, elementos necessários para a constituição da cultura de um povo, de sua memória e a Rua Justino Câmara, apesar de ser um ambiente rico, é uma área que muitas vezes foge à percepção da sociedade.

A arquitetura e o urbanismo dentre outras funções, devem ser utilizados a favor da história, da comunidade e do patrimônio histórico de um local. Nesse contexto, no presente estudo foi verificada a importância da valorização de um espaço por meio de projetos arquitetônicos contemporâneos, respeitando o passado e indicando medidas que permitam melhorar o futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rahyan de Carvalho; DEUS, José Antônio Souza de. **Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar: Uma Abordagem Sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG.** Editora Caminhos Iluminado: Montes Claros, 2020.

ANDRADE, Ana Paula Guedes de. O Mercado Imobiliário e os Centros Históricos: Falta de políticas públicas X excesso do poder privado. **Revista de Arquitetura e Urbanismo.** V. 4, N. 7, 2014. Acesso em 15/07/2023 Disponível em: <https://www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/arquitetura/>

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos.** Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_R recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf > Acessado em: 24/03/2024.

BRITO, Gy Reis Gomes. **Montes Claros: da construção ao progresso.** 3ª ed. Montes Claros: Unimontes, 2006.



CANAN, Luciana Fonseca. Leitura da Paisagem Urbana da Cidade de Montes Claros: Análise das Transformações do "Coração do Núcleo Urbano". 190 f. Dissertação de Mestrado em Geografia-Tratamento da Informação Espacial - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.2014.

COTRIM, Dário Teixeira. **Crônicas Históricas de Montes Claros e outras crônicas mais**. Montes Claros/MG: Gráfica Editora Cotrim/ Millenium Ltda. 2015.

FERNANDES, José A. Rio. Muitas vidas tem o centro e vários centros tem a vida de uma cidade. IN: **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. (Org.) FERNANDES, J. A. V. R. e SPOSITO, M. E. B. Porto: CEGOT, 2013. p.31-43.

IPAC/MOC- Inventário de proteção do Acervo cultural de Montes Claros — Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA – MG, 1985.

_____ Inventário de proteção do Acervo cultural de Montes Claros — Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA – MG, 2008.

LESSA, Simone Narciso; SILVEIRA, Áurea Viviane Fagundes. Revista Multidisciplinar das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, ano 10, n. 15, dez. 2012. P12-21. Disponível em: <http://www.unifipmoc.edu.br/periodicos/index.php/medrev/article/download/54/52/> Acesso em: 24/07/2019

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes,2013. P125-151.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção**. 190 P. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007

Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde.../DissertacaoProjetosLuz.pdf.> Acesso em: 28/07/2018.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História** vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007 .> Acessado em: 04/04/2023.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Montes Claros, MG - Lugar De Memória: Uma cidade, um Mercado e os Arquivos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 4ª ed. 1997.

SILVA, Lindon Jonhson Dias da. A MODERNIDADE NO SERTÃO: A experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Disponível em:

https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/5_2008_-Lindon-Jonhson-Dias-da-Silva.pdf Acesso em: 29 de Abril de 2023

SOMEKH, Nadia. Projetos Urbanos e Estatuto da Cidade: limites e possibilidades. **Revista Vitruvius**. 097.00 ano 09, jun. 2008. Acessado em: 04/08/2017. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131>.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

VIANA, Urbino de Souza. **Monografia de Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Montes Claros, 1916.